



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG  
Fone: (34) 3631-3776 – Fax (34) 3631-3779 – E-mail: pmi@ibiamg.com.br

## **LEI MUNICIPAL N.º 1.982 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2.010.**

*Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e, dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Ibiá usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º.** Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por prazo determinado, com a relação de trabalho regida pela presente Lei.

**Art. 2º.** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência à situações de calamidade pública;
- II - combate a surtos endêmicos e/ou epidêmicos;
- III - realização de recenseamento e recadastramento;
- IV - admissão de professor substituto em regência de classe ou aula;
- V - assistência a emergência em saúde pública;
- VI - atender a termos de convênio, acordo ou ajuste, para execução de obras ou prestação de serviços durante o período de vigência de convênio, acordo ou ajuste;
- VII - a execução de programas especiais de trabalho instituído por Decreto do Prefeito para atender necessidades conjunturais que demandem a atuação da Prefeitura.
- VIII - o provimento temporário de cargos quando não houver pessoal concursado disponível, caso tal provimento seja necessário para atender a prestação dos serviços municipais.

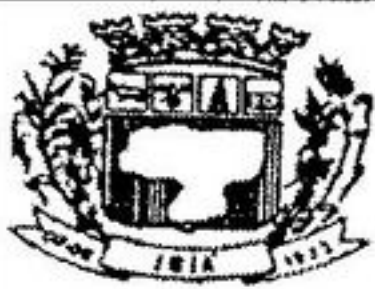
**Art. 3º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, prescindindo de concurso público.

**§ 1º.** A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo.

**§ 2º.** Para a contratação de pessoal, exigir-se-á os requisitos mínimos fixados para cargos efetivos iguais ou semelhantes.

<b>CERTIFICADO</b> CERTIFICO QUE PUBLICUEI NO ÁTRIO DA PREFEITURA O PRE- SENTE, NESTA DATA: IBIÁ, <u>22</u> / <u>12</u> / <u>2010</u> GABINETE <u>[assinatura]</u>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG

Fone: (34) 3631-3776 – Fax (34) 3631-3779 – E-mail: pmi@ibiamg.com.br

**§ 3º.** O processo seletivo será regulamentado por Decreto do Prefeito, dando-se preferência na classificação aos aprovados em concurso público dentro de seu prazo de validade, para cargo de provimento efetivo semelhante à função a ser exercida e ainda não convocados para ingresso no serviço público.

**Art. 4º.** As contratações serão efetuadas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:

- I – de seis meses, nos casos do inciso I, III, VII e VIII do art. 2º;
- II – de até doze meses, não podendo exceder o ano letivo, nos casos do inciso IV, do art. 2º;
- III – de até doze meses, no caso dos incisos II e V, do art. 2º;
- IV – pelo prazo do convênio, acordo ou ajuste, nos casos do inciso VI, do art. 2º.

**Art. 5º.** As contratações somente poderão ser efetivadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Secretário Municipal de Administração.

**Art. 6º.** As contratações serão sempre precedidas de processo, iniciado por proposta devidamente fundamentada que, obrigatoriamente, deve conter:

- I - caracterização da natureza eventual e transitória;
- II - justificativa de sua necessidade;
- III - comprovação de sua emergência, se for o caso;
- IV - período de duração do contrato;
- V - número de pessoas a serem contratadas;
- VI - estimativa das despesas;
- VII - indicação dos recursos orçamentários.

**Parágrafo único.** O recrutamento será feito pela Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 7º.** É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, excetuados os casos de acumulação permitida legalmente.

**Parágrafo único.** Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG  
Fone: (34) 3631-3776 – Fax (34) 3631-3779 – E-mail: pmi@ibiamg.com.br

contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

**Art. 8º.** A nomeação do contratado será formalizada por ato do Secretário de Administração.

**§ 1º.** O contratado deverá assumir o exercício de suas funções dentro do prazo improrrogável de cinco dias.

**§ 2º.** Se o exercício não se iniciar dentro do prazo, será a contratação declarada sem efeito.

**Art. 9º.** Ao assumir o exercício, o contratado deverá apresentar certificado de sanidade e capacidade física para exercer suas funções.

**Parágrafo único.** O contratado deverá ainda apresentar a documentação comprobatória do preenchimento das condições para admissão.

**Art. 10.** O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança;

III - ter seu contrato prorrogado por prazo superior aos limites estabelecidos no artigo 4º desta Lei;

IV - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e IV do artigo 2º, antes de doze meses depois de findo o contrato anterior.

**§ 1º.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua insubsistência, nos casos dos incisos III e IV, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

**§ 2º.** O eventual pedido de prorrogação do contrato deverá ser precedido de exposição de motivos que preencha os requisitos estabelecidos, no que couber, nos incisos do art. 6º, desta Lei.

**Art. 11.** A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei obedecerá ao padrão ou referência inicial de cargo do quadro de pessoal da Prefeitura





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG

Fone: (34) 3631-3776 – Fax (34) 3631-3779 – E-mail: pmi@ibiamg.com.br

Municipal com função semelhante ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

**Art. 12.** As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado serão apuradas nos termos da Lei Municipal n.º 1.768, de 19 de dezembro de 2005, ficando resguardada a possibilidade de rescisão contratual a qualquer momento, observadas as determinações legais.

**Art. 13.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - pela nomeação para cargo público de provimento efetivo;
- III - pelo pedido de rescisão por iniciativa do contratado;
- IV - pelo pedido de rescisão por iniciativa da Municipalidade;
- V - pelo falecimento do contratado.

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos dos incisos III e IV, deverá ser comunicada à outra parte com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º. A falta do aviso prévio do contratado assegurará à Municipalidade o direito de descontar a remuneração correspondente ao prazo não cumprido.

§ 3º. A extinção do contrato por iniciativa da Municipalidade dependerá de conveniência administrativa devidamente justificada, assegurado o direito ao contratado, na falta do aviso prévio, de perceber, à título de indenização, o valor correspondente ao prazo do aviso não cumprido.

**Art. 14.** Ao pessoal contratado nos termos desta Lei, aplica-se, na conformidade com o dispositivo do § 13, do art. 40, da Constituição Federal, o Regime de Previdência Social, inclusive no tocante aos benefícios previdenciários.

**Art. 15.** Poderá ser contratado, com fundamento nesta Lei, para suprir faltas eventuais e outros afastamentos inferiores a trinta dias, professor eventual, em substituição de Professores I e II ou de docentes admitidos em caráter temporário, em regência de classe ou aula.

§ 1º. O pessoal contratado com fundamento neste artigo ficará vinculado a um estabelecimento de ensino e será convocado, sempre que necessário, pelo Diretor Escolar.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG  
Fone: (34) 3631-3776 – Fax (34) 3631-3779 – E-mail: pmi@ibiamg.com.br

**§ 2º.** O professor eventual receberá, como remuneração mensal, somente as horas-aulas efetivamente prestadas, calculadas pelo valor da hora-aula paga aos Docentes.

**§ 3º.** Os interessados em ser contratados como professor eventual deverão inscrever-se na Secretaria Municipal de Educação, indicando as escolas municipais que desejam ficar subordinadas.

**§ 4º.** A Secretaria Municipal de Educação baixará Instrução Normativa disciplinando a contratação de professor eventual.

**Art. 16.** O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

**Art. 17.** Aplica-se ao pessoal contratado, naquilo que couber, os preceitos estatuídos na Lei Municipal n.º 1.768, de 19 de dezembro de 2005.

**§ 1º.** A rescisão do contrato nas hipóteses previstas no artigo 13, assegura ao contratado o recebimento, a título de indenização, da remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias, apuradas pela média da remuneração percebida no período.

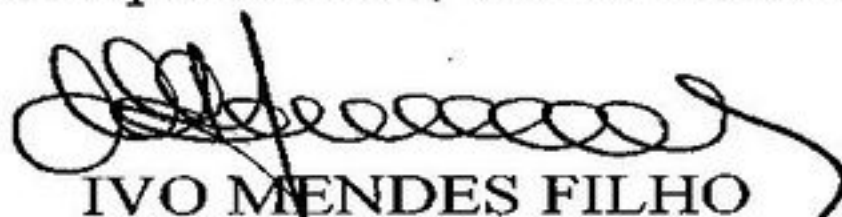
**§ 2º.** Para os contratados com fundamento na presente Lei, configura abandono de cargo ou função a ausência intencional do contratado por mais de dez dias consecutivos e a inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por quatro dias, interpoladamente, durante período de trinta dias.

**Art. 18.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas orçamentárias consignadas em orçamento.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 20.** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente, os artigos 242, 243, 244 e 245, da Lei Municipal n.º 1.768, de 19 de dezembro de 2005.

Prefeitura Municipal de Ibiá, em 22 de dezembro de 2010.

  
IVO MENDES FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL